



HABITAÇÃO, CIDADE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono  
2º CIHEL - LNEC - LISBOA - PORTUGAL - 13 A 15 MARÇO 2013

## **ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REABILITAÇÃO URBANA E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO VERNACULAR**

*Strategies review for the implementation of Urban Interventions and Protection of Vernacular Architecture*

Alice Tavares <sup>1</sup>, Aníbal Costa <sup>2</sup> e Humberto Varum <sup>3</sup>



**Arq. Alice Tavares**

Universidade do Porto  
Porto - Portugal



**Prof. Aníbal Costa**

Universidade de Aveiro  
Aveiro - Portugal



**Prof. Humberto Varum**

Universidade de Aveiro  
Aveiro - Portugal

<sup>1</sup> Faculdade de Engenharia Civil da Universidade do Porto (Arquiteta, Bolseira de Investigação, Rua Dr. Roberto Frias, Porto, tavares.c.alice@gmail.com)

<sup>2</sup> Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro (Engenheiro civil, Professor Catedrático, Campus de Santiago, Aveiro, agc@ua.pt)

<sup>3</sup> Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro (Engenheiro civil, Professor Associado com Agregação, Campus de Santiago, Aveiro, hvarum@ua.pt)

**Palavras-chave:** Reabilitação Urbana, Vulnerabilidade, Valor Cultural, Arquitetura vernacular, Estratégias de intervenção urbana, Sistemas Construtivos

### **Resumo**

A reabilitação urbana apresenta-se de variadas formas no contexto nacional e internacional, regendo-se muitas vezes por princípios semelhantes que constam de documentos de instituições de referência, como a UNESCO e o ICOMOS. No entanto, os resultados da prática da intervenção de reabilitação com frequência demonstram que não ficaram garantidos os níveis adequados de salvaguarda da identidade do lugar que está inerente ao seu edificado. O presente estudo procurou analisar casos portugueses de reabilitação urbana, os casos de Bath e Bristol em Inglaterra, o de Kyoto do Japão, o de Istambul na Turquia e o de Bagan em Myanmar. O objetivo principal foi verificar que níveis de autenticidade do lugar foram garantidos após as estratégias de reabilitação, que metodologias foram seguidas e se revelaram mais adequadas, que níveis de participação cívica e da investigação entraram nessas estratégias e de que forma os processos têm potencialidade de aplicação a outras áreas urbanas, nomeadamente portuguesas. Foi dado um especial destaque à vertente habitacional da reabilitação e ao edificado vernacular que ainda se pode considerar como a imagem de muitas das nossas cidades. Como problemas a destacar nos processos de reabilitação analisados encontramos: desvio aos princípios e orientações de Cartas internacionais; implementação de intervenções sem estudos prévios aprofundados sobre a caracterização do edificado e da sua envolvente/lugar; intervenções sem garantia da

manutenção do valor cultural e tecnológico dos edifícios, com consequências nefastas a longo prazo, em termos turísticos, de qualidade ambiental e de promoção da identidade dos lugares; legislação e regulamentações inadequadas para os processos de reabilitação; deficiências ao nível da conceção, gestão, monitorização e interrelação insitucional nos processos de reabilitação urbana; falta de conhecimento de técnicas antigas e da sua aplicação; falta de linhas de orientação para a manutenção do edificado vernacular; falta de investigação que comprove o valor do edificado vernacular numa vertente multicultural e internacional; falta de inserção da participação ativa do cidadão/usufrutuário no processo de conhecimento do lugar e de informação das diferentes fases dos processos de reabilitação urbana; falta de acompanhamento/monitorização posterior ao processo de reabilitação, durante período adequado que garanta a defesa do espaço intervencionado. O presente estudo procurou analisar que estratégias foram seguidas para ultrapassar os problemas identificados. Verificando-se que um entendimento multidisciplinar ativo e coordenado, por longos períodos, com participação das populações como agentes ativos e sensibilizados são um dos fatores relevantes para a preservação do valor do património edificado vernacular e para o desenvolvimento das ações de manutenção necessárias. Apesar das diferenças das estratégias verifica-se que existe ainda um fio condutor que influencia positivamente a manutenção da preservação e a reabilitação dos lugares que tem na base a intervenção no espaço público e o apoio técnico continuado aos proprietários privados. No entanto, outros fatores como a desmistificação dos novos conceitos de habitar para os centros antigos e a aplicação de novas tecnologias de intervenção sem aferição da sua compatibilidade tornam-se fatores em debate e que atualmente estão na base da perda de maior expressão do património edificado vernacular. Este estudo apresenta ainda um caso de estudo, uma cidade média portuguesa com processo de reabilitação urbana em curso para diagnóstico das dificuldades que se podem observar num processo que deverá ter como objetivo a preservação da autenticidade do património vernacular como suporte de qualidade de vida e de promoção cultural.

## 1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação encontra-se subordinada ao tema geral “Integrar a reabilitação urbana e habitacional”. Neste sentido, apresenta uma reflexão sobre as condicionantes que envolvem a reabilitação urbana com preservação de valores de autenticidade e proteção do património da arquitetura vernacular, o seu valor cultural, histórico e social. Para esta abordagem foram analisadas estratégias de intervenção de reabilitação em alguns locais do mundo que têm motivado o interesse da UNESCO, sendo que uns completaram o processo de classificação como Património Cultural e outros encontram-se como áreas de risco/extinção. O foco de atenção esteve no passado sobretudo associado à salvaguarda dos monumentos, como sendo estes o veículo transmissor de valor cultural e patrimonial de uma região ou país. Nos últimos anos o enfoque na arquitetura vernacular e na necessidade de manter razoáveis níveis de ocupação habitacional nos centros históricos, para a sua revitalização, trouxe a debate as divergências entre a prática da reabilitação e as orientações internacionais de proteção das tipologias tradicionais de construção. Considerando que a base cultural de cada país e região pode alterar o conceito de habitar e de usufruto do espaço urbano, já quando se aborda a questão das estratégias de reabilitação dos centros históricos os fundamentos aproximam-se, apesar das práticas serem divergentes. Neste sentido, a observação de processos de reabilitação urbana em curso, dos seus resultados e análise da identificação das dificuldades de implementação dessas linhas orientadoras permitirá retirar um conjunto de ensinamentos passíveis de serem readaptados a novas realidades. Observa-se que em diferentes países, independentemente da sua cultura, existem problemas transversais comuns que irão ser referenciados nesta comunicação. Existem igualmente processos de implementação das estratégias de intervenção de reabilitação que valorizam a participação da comunidade residente, apesar das diferentes formas de interação. Os fatores de sucesso e de reconhecimento do valor desses lugares classificados necessitam de continuidade na manutenção de ações e consolidação de linhas orientadoras para a garantia da sustentabilidade dos níveis de autenticidade, dada a vulnerabilidade a que ficam sujeitos, nomeadamente através dos efeitos da pressão económica, turística e imobiliária. Finalmente retirar, de todas estas experiências, estratégias de reabilitação, para lugares cujo processo de erosão do valor cultural e patrimonial se encontra presente, cuja arquitetura

tradicional carece de proteção e enquadramento no desenvolvimento da região para manter os seus valores identitários como suporte de sustentabilidade.

## 2. REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE REABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

A reabilitação ultrapassa a ação de conservar que já em si segundo o documento do The Getty Conservation Institute aglutina a proteção, a manutenção e a intervenção técnica num quadro de gestão do edificado [1]. O que em relação à intervenção urbana se refere à globalidade do planeamento do lugar, incluindo simultaneamente a reabilitação do edificado e espaço público e à gestão desse processo. Considerando que as intervenções a realizar incluem todas as medidas técnicas a implementar para a reparação do edificado bem como as necessárias para melhorar a sua envolvente. Estabelecendo seis níveis de abordagem da intervenção técnica a definir: ações de manutenção diária; ações de prevenção e estabilização; ações para a melhoria da situação existente; medidas que incidem sobre áreas seriamente danificadas; restauração do lugar e gestão ambiental [1].

Considerou-se neste estudo que o termo inglês mais próximo ao conceito português de reabilitação é o “conservation”, já que o “rehabilitation” é raramente usado nos documentos oficiais por estar mais associado a uma vertente da medicina em vez da construção. No entanto, quando aplicado, enquadra outras vertentes de intervenção para além da ação sobre o edificado como os fatores sociais, económicos e de gestão macro.

Na tradução portuguesa do Glossário do ICOMOS, reabilitação é o “processo para adaptar uma construção a um novo uso ou função, sem alterar as partes da construção que são significativas para o seu valor histórico” [2]. Considera que “conservação são as operações que mantêm a construção tal qual como é hoje, ainda que intervenções limitadas sejam aceites para melhorar os níveis de segurança” [2]. O que representa uma distinção entre termos sobretudo ao nível da mudança ou não de função.

Nos documentos da UNESCO o termo reabilitação é associado a um conjunto de ações que permitem compreender o património, conhecer a sua história e o seu significado, assegurando a sua salvaguarda material, a sua apresentação, restauração e valorização (Carta Nara, 1995 [3]). O que amplifica a sua abordagem, não se restringindo apenas a uma ação sobre o edificado, mas implica o reconhecimento do seu enquadramento global e a promoção deste, frequentemente usado para a sua sustentabilidade e sensibilização da opinião pública.

Contudo, existe uma base comum, o garantir com a ação de reabilitação a manutenção do valor cultural, patrimonial e histórico do edifício, conjunto de edifícios ou lugar. Este aspeto só é assegurado se forem compreendidos os valores de autenticidade a ele subjacente, como os identificar e como os gerir num quadro de intervenção que deve ter sempre uma visão macro. Compreender a função ou papel de uma pequena unidade no conjunto de todas as outras, mesmo que não se encontrem fisicamente ligadas, permitindo no entanto a leitura do lugar do ponto de vista histórico e cultural.

Interessa a este respeito lembrar o conceito de “autenticidade e contexto” que consta da Carta de Brasília [3], como sendo a “conservação da autenticidade dos conjuntos urbanos com um valor patrimonial, o que pressupõe a manutenção do seu conteúdo sociocultural e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. É imprescindível o equilíbrio entre o edifício e a sua envolvente, tanto na paisagem urbana como na rural. A sua rutura seria um atentado contra a autenticidade. Para isso, é necessário criar normas especiais que assegurem a manutenção do entorno primitivo, quando for possível, ou que gerem relações harmónicas de massa, textura e cor” [3].

Considera ainda que nos edifícios ou conjuntos com valor cultural a manutenção simples de fachadas ou de fragmentos não deve ser adotada por corresponder a uma perda intrínseca do bem. Valorizando ainda o conhecimento do edifício e do diagnóstico para definição de quais as intervenções aceitáveis e que podem ser suportadas por este [3]. Pode-se afirmar que este é um dos pontos falíveis na observação da prática, pois

frequentemente a mudança de função e adoção de técnicas irreversíveis se sobrepõe ao interesse da preservação do valor cultural do bem.

Importa ainda relembrar o que a Carta de Brasília diz a respeito de “autenticidade e materialidade”, que define como sendo a parte importante do nosso património, especialmente no que diz respeito à arquitetura vernácula e tradicional, constituída por materiais efêmeros por natureza, como a terra, os elementos vegetais, a madeira, etc” [3]. O reconhecimento do valor desta arquitetura vernácula com sistemas construtivos que usam materiais que necessitam de cuidados regulares de manutenção, como sendo a terra e a madeira é outro fator que tem contribuído para o seu desaparecimento e que tem em relação a alguns casos sido alvo de alertas pela UNESCO. Tal é o caso das casas de madeira de Istambul na Turquia, a construção tradicional grega, as casas com as típicas varandas de Lima no Peru (Figura 1). Em Portugal a construção tradicional de adobe (Figura 2), taipa e tabique é a que se apresenta com maior risco de extinção.



Figura 1 – Pormenor de varanda fechada de Lima  
(créditos A. Tavares)



Figura 2 – Edifício de adobe de Ilhavo  
(créditos A. Tavares)

## 2.1 A REABILITAÇÃO E OS NÍVEIS DE VULNERABILIDADE DO VALOR

O objetivo do processo de reabilitação urbana de lugares deve ser o da garantia da sustentabilidade do seu património cultural e simultaneamente responder às necessidades sociais, nomeadamente às relativas à habitação. A gestão deste processo delicado e multifacetado apresenta duas condicionantes básicas para um ponto de partida com sucesso: agentes intervenientes no processo (quer sejam instituições, políticos, técnicos ou população) sensibilizados para a proteção do valor cultural e apoio de uma equipa multidisciplinar de investigação que possa fornecer orientações técnicas no âmbito do edificado, em tempo útil. Assim, a reabilitação urbana deveria apresentar-se como a promoção de ações programadas para períodos alargados que garantissem a originalidade de um conjunto de edifícios ou lugar/paisagem edificada. Deveria ser um meio de afirmação cultural para continuidade do usufruto dos espaços numa vertente de permanente utilização com capacidade de suporte financeiro através das ações culturais, turísticas e de comunicação audiovisual que a promovessem. No entanto, tal só poderá ter eficácia se forem garantidos níveis de autenticidade, que sejam fonte dessa sustentabilidade, rejeitando-se a constituição de cenários ou fachadismos, que por perda de identidade e de valor, não contribuem para a perenidade do usufruto do investimento a longo prazo. Essa perda só iria contribuir para a diminuição do sentido de pertença ao lugar da comunidade residente, bem como a tendencial fuga de um turismo cultural cada vez mais exigente e sensível a questões de valor cultural. Neste sentido, a avaliação do conceito de valor é apresentado nesta comunicação como o elemento fundamental para a caracterização dos lugares a salvaguardar e a base da definição de estratégias de médio e longo prazo. Considerando que os processos de reabilitação se devem condicionar à preservação do valor, interessa pois, mencionar o que se entende por este conceito. Neste trabalho aceita-se como sendo o conjunto de características de um edifício ou conjunto de edifícios, que por serem originais ou de registo de fases de

vivências têm a potencialidade de contarem a história do lugar, das suas técnicas ancestrais, da sua Identidade. Será assim, um fator a preservar enquanto garante da continuidade (sustentabilidade), com capacidade de gerar recursos financeiros, dinâmicas culturais, turísticas e de dinamização social. Fator este que já se encontra na prática em alguns processos de reabilitação que irão ser apresentados.

A reabilitação urbana lida igualmente com os outros processos de construção dos vazios, com eventuais demolições (que deveriam ser exceções), construção nova, reconstrução ou remodelação. A definição de regras claras para cada uma destas situações e o seu enquadramento no existente é um dos aspetos em debate. Considerando a necessidade de uma avaliação contínua do seu impacto, das mais ou menos valias geradas por cada um destes processos, enquadrando-os igualmente na obediência a critérios que permitam garantir o valor do lugar ou edifício.

### 3. AS ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO E A SUA CONCORDÂNCIA OU DISCORDÂNCIA COM AS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

A abordagem de linhas orientadoras/recomendações de organizações de referência como o ICOMOS, a UNESCO ou o Getty Foundation e a aplicação prática em diferentes países revela algumas divergências, que interessa analisar. Em processos em que existe motivo suficiente para uma vontade de acompanhamento ou de proximidade aos processos de reabilitação em curso ou identificados como necessários, por parte destas instituições, verifica-se que estas identificam nos seus relatórios os fatores responsáveis pelas eventuais falhas da intervenção. A maior parte dos casos porque a prática se distancia das linhas internacionais orientadoras para as intervenções para a preservação de valores de autenticidade. Por vezes são feitos alertas para o risco da perda de património, incluindo o vernacular ou da necessidade da sua inclusão em listas de património em risco. A identificação dos principais obstáculos e a apresentação de estratégias são igualmente motivos de reflexão neste capítulo.

#### 3.1 CASOS DE ESTUDO – SIMILITUDES E DIVERGÊNCIAS NOS PROCESSOS INTERNACIONAIS DE REABILITAÇÃO

Interessa agora refletir sobre alguns dos casos de processos de reabilitação urbana nacionais e internacionais. Neste sentido, serão abordadas algumas das estratégias seguidas em Portugal (Guimarães e Porto), Inglaterra (Bath e Bristol) Myanmar (Bagan), Turquia (Istambul) e Japão (Kyoto). Serão apresentados os que foram considerados como os aspetos charneira relevantes e que permitem igualmente estabelecer algum nível comparativo, apesar das realidades culturais, sociais e económicas serem diversas.

##### 3.1.1 GUIMARÃES E PORTO - PORTUGAL

O centro histórico de Guimarães conserva um conjunto de construções históricas que ilustram a evolução dos diferentes tipos edificados desde a Idade Média até ao século XIX [4].

A estratégia de reabilitação passou por um levantamento do património edificado que visava o reconhecimento e salvaguarda de elementos e conjuntos construídos, que representassem o testemunho da história da ocupação e do uso do território e que assumem interesse relevante para a memória e identidade da comunidade [5].

Até meados de 1980, um conjunto de edifícios de reconhecido valor formal encontrava-se num processo de rápida degradação física e social que parecia impossível travar [5]. O processo de reabilitação foi operacionalizado através do Gabinete Técnico Local (GTL) que teve ainda como função a promoção de ações com carácter pedagógico, que permitissem a sensibilização dos residentes, proprietários e agentes interessados, para o modelo de intervenção que se pretendia preconizar. Num processo de longo curso, por etapas. Ao projeto de recuperação do centro histórico presidiram os seguintes objetivos a destacar [4], [5]:

- manutenção da população residente;

- melhoria das condições de habitabilidade;
- preservação/reposição da autenticidade dos modos de intervir no património;
- intervenção no espaço público com devolução de praças, largos e alguns arruamentos para áreas pedonais;
- controlo do tráfego e diminuição do seu impacto no centro histórico;
- levantamento do estado de conservação dos edifícios e das técnicas construtivas antigas, materiais e métodos, para utilização na reabilitação do edificado;
- apoio técnico do GTL para as intervenções de reabilitação de privados.

Como estratégia operacional, poderia simplificar-se dizendo que o GTL de Guimarães privilegiou 3 frentes fundamentais de abordagem: 1- o controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas dos particulares; 2- a conservação, restauro e reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal; 3- a requalificação dos espaços públicos [5].

Na recuperação do conjunto edificado histórico promove-se a manutenção dos sistemas construtivos – paredes em alvenaria de granito, pavimentos e coberturas em madeira e paredes divisórias e algumas exteriores em taipa de fasquio e taipa de rodízio. Para o efeito tem sido utilizada mão-de-obra local, materiais e técnicas tradicionais, não só no sentido de obter uma unidade construtiva como uma unidade formal e ambiental [4].

As intervenções no edificado classificam-se, essencialmente, em dois tipos: obras profundas (ao nível estrutural e reorganização espacial interior) e obras de beneficiação (reparação da cobertura e beiral, reparação de caixilharias, pintura de fachadas, bem como, sempre que necessário, a introdução de instalações sanitárias, de acordo com a capacidade financeira dos proprietários) [4].

A aposta na intervenção no espaço público foi o método utilizado para induzir o investimento privado, já que a mais-valia gerada com a introdução de infraestruturas até aí deficitárias ou inexistentes, a inserção de iluminação pública e equipamentos/mobiliário urbano contribuiu para melhorar significativamente a imagem e a qualidade de vida do espaço urbano [4]. As intervenções que se seguiram no edificado privado permitiram não apenas melhorar na sua globalidade um centro histórico com potencial de valor e autenticidade como também manter a função de habitação no edificado do centro. Um processo que levou vários anos, décadas e que atualmente é reconhecido com a classificação de Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1984, e é atualmente a Capital Europeia da Cultura de 2012.

O Porto é igualmente uma cidade portuguesa cujo centro histórico foi classificado em 1996 pela UNESCO como Património Mundial. Já foi alvo de vários programas de reabilitação, no entanto o processo de abandono e degradação de vários edifícios do centro manteve-se dada a situação económica da região e do país. O processo atualmente em curso tem como linhas principais:

- definição da intervenção de reabilitação tendo como unidade – o quarteirão;
- definição do chamado “projeto âncora” para cada um dos quarteirões. As “âncoras” são empresas com capacidade económica e de atração, nomeadamente turística;
- gestão por um organismo criado especificamente para o desenvolvimento deste processo e que tem amplos poderes de decisão sobre o edificado, incluindo a negociação a desenvolver com privados, competência para expropriar, possuindo ainda uma equipa própria de técnicos;
- são promovidas demolições da quase totalidade do interior dos edifícios para a instalação dos projetos âncora, mantendo-se no entanto as fachadas;
- são utilizadas técnicas construtivas não tradicionais, nomeadamente o recurso ao betão armado;
- são previstas monitorizações dos projetos de intervenção e a sua rentabilidade económica de curto prazo.

Trata-se assim de um processo que terá como objetivo uma “revitalização” do centro histórico e a atribuição de funções (novas ou mantendo as existentes) ao edificado antigo, que preconiza ações cuja manutenção de autenticidade do edificado antigo não é uma prioridade (Figura 3). Pelos dados observados no terreno, a menos que o edificado tenha sido dado como de recuperação impossível, apresenta lacunas no seguimento das orientações dadas pelos organismos internacionais de referência a este nível. Esta situação é igualmente observável em várias outras regiões do país.



Figura 3 – Intervenção no centro do Porto com manutenção apenas de fachadas (créditos A. Costa)

### 3.1.2 Bath e Bristol (Inglaterra)

A cidade de Bath foi reconhecida pela UNESCO como Património da Humanidade em 1987, sendo considerada um dos principais destinos turísticos dos ingleses. O seu vasto e muito antigo património edificado inclui as termas romanas que deram o nome à cidade. A grande particularidade de Bath é a sua visão unitária do centro histórico que foi integrando novas intervenções, no entanto obedecendo a regras rígidas que não permitem grandes contrastes, incluindo em relação às áreas comerciais (Figura 4). A imagem característica da cidade é fator de atração também para efeitos habitacionais, sendo o centro muito procurado. O valor cultural do património vernacular é defendido e orienta-se por diretivas nacionais, sendo debatido quais os elementos que são considerados intrusivos e por esse facto de não passível aplicação no edificado do centro histórico. A participação da comunidade inglesa residente é ativa e interventiva, nomeadamente questionando e opondo-se, por exemplo, à introdução de novas grandes superfícies em edifícios do centro histórico pelo elevado nível de demolições que tal iria provocar na fábrica antiga do edificado. A intervenção de reabilitação de quarteirões é por vezes motivada pelo município que suporta ou encontra fundos para suportar intervenções em unidades de habitação cujos proprietários não têm capacidade financeira para tal, permitindo assim uma intervenção de conjunto do quarteirão. Na comunicação em cartazes da intervenção é apresentado o programa base, as razões que justificaram o apoio de entidades públicas para a sua realização, o público-alvo e as razões subjacentes para a ação ser dirigida especificamente ao grupo identificado para apoio. Para além disso é salientada a mais-valia que trará para a cidade a intervenção, enquanto retorno ao nível de qualidade de vida do local, já que para além do aspeto de apoio solidário aos residentes abrangidos, o espaço público envolvente é igualmente intervencionado. Os custos não são apresentados na totalidade como a fundo perdido. É igualmente salientado o retorno em termos de imagem da cidade e da sua capacidade de atração turística, bem como de valorização cultural.



Figura 4 – Centro histórico de Bath (UK) ampliação de quarteirão e reabilitação de edifício e espaço comercial  
(créditos A.Tavares)

A intervenção no espaço público e a sua manutenção é um dos fatores valorizados, sendo entendida no conjunto edificado. Documentos nacionais do English Heritage servem de fio condutor de intervenções e de estratégias a aplicar no centro histórico. Destaca-se o documento *Conservation Principles, Policies and Guidance* [6] que serve de base à política de desenvolvimento de lugares históricos, e que está presente em Bath e baseia-se em 6 princípios relevantes:

- O ambiente histórico é um recurso partilhado;
- Todas as pessoas devem ser capazes de participar na sustentabilidade do ambiente histórico;
- Compreender o significado do lugar é vital;
- Lugares com significado devem ser geridos de forma a preservar os seus valores;
- Decisões que exijam a mudança devem ser sensatas, transparentes e consistentes;
- Documentar e aprender com as decisões é essencial.

Uma abordagem que pressupõe uma elevada consciencialização da população para o valor cultural que deve salvaguardar e em que pode participar, entendendo-o como um ato de cidadania.

O bom estado de conservação da maior parte dos edifícios do centro de Bath tem um efeito positivo que traz apelo ao investimento, ao desenvolvimento cultural e à defesa do património. Um elemento de aprendizagem das gerações futuras sobre o passado do seu lugar só possível ser suportado com uma atenção relativa à prática de manutenção dos edifícios. Pelo que se considera pertinente referenciar algumas linhas orientadoras que existem em documentos do English Heritage [6], como:

A conservação do significado do lugar deverá estar sustentada em rotinas apropriadas de gestão e manutenção. A descontinuidade de procedimentos de manutenção é considerada especialmente danosa pelo facto de potenciar o surgimento de danos na construção e a perda das práticas de procedimentos de manutenção tradicionais.

A Reabilitação/reparação é necessária para garantir a permanência dos valores patrimoniais associados ao significado do lugar (preservação das características próprias) é normalmente desejável se:

- a) Existe informação suficiente que permita a compreensão do impacto das propostas para o significado do lugar;



b) As consequências de longo termo das propostas passam pela experiência, pelo comprovar-se como benígnas, pelas propostas serem criadas de forma a não prejudicar soluções alternativas no futuro;

c) As propostas são projetadas de forma a minimizar ou evitar intrusão ou dano nos casos em que exista conflito das soluções para a garantia dos valores singulares do património, não passível de ser resolvido de outra forma.

Apesar da existência de várias tipologias de edifícios, os agentes intervenientes consideram que as características predominantes são as que conferem o carácter distinto ao lugar. Esta premissa está na base das opções na área de reabilitação em Bath, com a definição dos materiais passíveis de ser empregues no centro e o tipo de alterações que se podem aplicar aos edifícios antigos.

Relativamente à cidade de Bristol, que fica a 21km de Bath, esta tem como particularidade a perceção bem visível de quebras de leitura no seu tecido urbano antigo ligado à destruição maciça da 2ª Guerra Mundial e um crescimento de costas voltadas para o rio Avon em várias zonas. À perda de vastas áreas do edificado antigo (devido aos bombardeamentos) associou-se a perda de população residente e o problema social. A referência a Bristol neste trabalho relaciona-se exatamente com a observação de estratégias, que existindo também noutras cidades inglesas, nesta tem particular relevância pelo facto de ter como objetivo promover a ligação das pessoas ao lugar onde residem. Num conjunto de ações que para além do fator educativo e de informação, as integra também na recolha de informação para a caracterização dos lugares que irão ser equacionados para intervenção de reabilitação urbana. Esta iniciativa de informação e recolha de dados da comunidade foi observada em Bristol em 2011, teve associada uma exposição e um terminal com vários computadores onde as pessoas poderiam descarregar a sua informação, quer fossem fotografias quer outros elementos.

A exposição que esteve patente ao público tinha como título “Architecture for everyone”. O programa apoiado por fundos estatais ligados à defesa do património teve a colaboração da Câmara Municipal, de organismos associados à recolha de informação geográfica e histórica e ainda de voluntários da sociedade civil. Na base está a ideia defendida pelo “City Design Initiative” de que ambiente e desenho urbano pobre trazem custos económicos, sociais e ambientais de longa duração. Enquanto um bom desenho urbano cria lugares onde as pessoas gostam de viver, trabalhar, estudar, usufruir do lazer e investir.

Como último objetivo apresentado, estava descrito: *The Web resource will promote a wider understanding and appreciation of the history of Bristol and encourage a greater sense of pride in people's places.* A questão do conhecimento servir como motivo de orgulho e de sentido de pertença a um lugar é efetivamente uma questão crucial para a sustentabilidade das ações. No entanto, trata-se também de uma forma expedita de recolha de informação que pode ser fundamental para a compreensão da evolução do edificado antigo, em situações de dificuldades documentais e relevante para uma base de dados que apoie os processos de reabilitação. Sendo esta construída com a participação do cidadão comum num processo de relação entre investigação e “público”.

Salvaguardando obviamente o facto da necessidade de validação dos dados recolhidos, que era realizada pelo Historic Environment Record Officer. Dada a existência de um pré-registo efetuado pelos utilizadores/público da plataforma, tal permitia à Organização enviar avisos para alertar a atualização de dados na área abrangida pela informação do utilizador, completando-se assim o ciclo de partilha de informação. A participação da comunidade nesta recolha de informação era incentivada com o objetivo de lhes captar o interesse e as sensibilizar para o valor dos lugares, sendo a defesa da identidade dos locais um dos aspetos em maior destaque na exposição. Simultaneamente permitiria recolher os dados possíveis para a análise posterior dos valores identitários desse lugar e áreas de transição, que permitissem decidir se este iria receber ou não intervenções ao nível da reabilitação urbana ou do edificado que potenciasses o seu valor cultural.

A abordagem histórica da evolução urbana, decorrente da recolha de dados, permite verificar datas de consolidação da malha urbana e o efeito posterior dos bombardeamentos da II Guerra Mundial com a destruição de vastas áreas. A construção, nesses vazios, de blocos habitacionais de grande altura traduziu-se segundo a informação na exposição “Architecture for everyone”, num uso desequilibrado do solo. Na mesma exposição é apresentada a justificação pelo “facto da estratégia de planeamento ficar em função da unidade bloco de edifício em detrimento do espaço público. O que originou a disseminação de espaços urbanos pobres, desarticulados e

mal dimensionados, sendo por essas razões de difícil manutenção pela falta de caracterização e função”. O restabelecimento em algumas áreas de ruas com casas de baixa densidade ou densidade controlada, baseada em dados históricos recolhidos, foi uma das medidas preconizadas para a obtenção de melhoria da qualidade de vida urbana e sentido de pertença ao lugar.

Destaca-se assim, um envolvimento da comunidade numa fase inicial de análise do lugar para eventual intervenção, numa base com orientação técnica especializada, programada no tempo e com sequência de ações predefinida. Trata-se de uma ferramenta que sob orientação do City Design Initiative tem como propósito ser base de informação a propostas de desenvolvimento da cidade e dos seus subúrbios, da sua qualidade ambiental, através do desenho urbano e da arquitetura. Esta abordagem está ainda associada a um contexto de compreensão das estratégias de planeamento urbano a nível nacional, da sua integração metodológica neste contexto e da ponderação de uma rede de apoio ao desenvolvimento emergente local. Ao ficar definida a avaliação do carácter do lugar este é utilizado como uma ferramenta para os “gestores do desenvolvimento”, residentes e urbanistas. Entendem desta forma que o trabalho de equipa envolvendo a comunidade permite uma melhor identificação desta com o lugar onde habita e simultaneamente o desenvolvimento de ações concertadas para a implementação de melhoria da qualidade dos espaços urbanos e habitacionais. A comunidade fica assim, mais receptiva a alterações, porque acompanha determinados momentos do processo e da sua evolução, sendo por esse motivo um estímulo para a participação cívica e para a melhoria das expectativas de investimento.

Esta avaliação prévia permitirá apoiar as entidades de um local na definição de estratégias de desenvolvimento já que, segundo informação da exposição, irá fornecer informação sobre:

- a forma como o carácter do lugar pode ser usado para definir o sentido do lugar e assim ser motor de regeneração;
- áreas que podem ser remodeladas e alteradas;
- áreas adequadas para uma redefinição de função;
- áreas onde a existência de demolições irá resultar na perda de coesão da área circundante e assim tornar toda a zona mais vulnerável a perda de valor patrimonial;
- definição de sectores de lugares ou de edifícios que deixando de existir não reduzem o nível de significado ou valor do lugar ou edifício;
- áreas onde incentivos financeiros ou outro tipo de apoios podem ter um impacto mais efetivo;
- áreas onde a proteção do património já é forte e outras que devem ser designadas para proteção;
- áreas onde é necessário aprofundar a investigação para a definição de estratégias;
- classificação de lugares ou de edifícios.

Bristol é um dos casos em que por uma circunstância histórica se perdeu uma parte importante do património vernacular, criando hiatos no espaço urbano de leitura da evolução urbana. Esse facto permitiu que intervenções com forte impacto visual fossem construídas e a integração das novas construções fosse questionável (Figura 5). No entanto, uma estratégia de reabilitação urbana que envolve a população interessada numa fase ainda de pré-decisão da intervenção contribui para a melhoria dos laços desta com o lugar e do seu entendimento e conhecimento sobre as fases seguintes.



Figura 5 – Edifícios do centro da cidade de Bristol (créditos A. Tavares)

Outro caso de estratégias de reabilitação urbana recente que têm sido alvo de algumas críticas é o que envolve Myanmar, um país com um grande património que, após o sismo de 1975 e com uma maior abertura ao turismo, tem implementado um conjunto considerável de intervenções, segundo Hudson [7] em 1299 edifícios desde 1995. Algumas destas com o apoio inicial da UNESCO (de 1987 a 1995) e o interesse de algumas organizações internacionais de referência como o ICOMOS e o Getty Foundation, mas que após os anos 90 do séc. XX tem revelado divergências em relação às recomendações internacionais, nomeadamente às Cartas de referência da UNESCO e às suas propostas. As críticas têm subjacentes os seguintes aspetos mencionados por Messeri B., tendo destacado a região de Bagan e o problema do turismo de massas [8]:

- valorização da reconstrução em detrimento da manutenção e ações de reabilitação. Acrescenta-se que os processos de reconstrução não têm muitas vezes uma base científica nem de investigação, o que permite recriações aleatórias;
- permissão de construção de edifícios de grande altura nas imediações dos locais a preservar/centros históricos, com forte impacto visual e diminuição do valor representativo do lugar;
- construção de vias que atravessam o lugar e outras que aumentam consideravelmente a pressão sobre os locais de referência histórica;
- construção de equipamentos como o aeroporto, centros desportivos e outros demasiado próximos dos locais a preservar;
- utilização nos processos de reabilitação do edificado, de novos materiais e técnicas de forma indiscriminada, criando fortes contrastes e alterando de forma irreversível e extensa a imagem do conjunto a proteger;
- utilização de processos de restauração de forma a confundirem-se com o existente.

Hudson refere na citação que faz dos documentos de Gavrilovic e Pichard que as intervenções efetuadas de reabilitação incluíram a aplicação de cintas de betão armado e “jacketing”, reforço com barras de aço e reparação e reforço com injeção de betão. Menciona que 688 edifícios foram alvo de uma grande reconstrução e 1299 edifícios foram totalmente reconstruídos [7]. Sendo que muitos destes edifícios são pequenos e grandes monumentos onde o reconhecimento e sensibilização para a proteção e aplicação de procedimentos corretos de reabilitação deveriam ser seguidos. O objetivo de retorno rápido do investimento da reabilitação em termos de turismo é o principal fator para este conjunto de situações que não contemplan a preservação da autenticidade.

No caso da Turquia, o processo que tem envolvido as intervenções de reabilitação em Istambul possui duas vertentes interessantes de abordagem. A primeira diz respeito à atuação perante os monumentos em ruínas, quais as intervenções a preconizar e, como controlar a pressão urbana e o turismo de massas. O segundo trata-

se de como sensibilizar a população em geral e os seus agentes decisores de que existe um património vernacular em acelerada extinção que interessa proteger e manter a sua função habitacional em uso. Os relatórios do ICOMOS/UNESCO refletem as várias dificuldades na implementação de recomendações internacionais para a manutenção da autenticidade do património edificado e dos seus lugares.

A dificuldade na implementação prática das orientações internacionais nos processos de reabilitação urbana ou do edificado apresenta-se comum a alguns países, sendo aqui feita alguma dessa reflexão. Assim, são apontadas no relatório do ICOMOS/UNESCO os seguintes aspetos dificultadores da implementação de programas de reabilitação urbana e do património edificado [9]:

- descoordenação entre organismos estatais, municípios e sociedade civil (ou quem a pode representar), na gestão dos processos de reabilitação urbana; falta de regulamentação clara de gestão e falta de identificação clara das responsabilidades de monitorização;
- problemas na aplicação da legislação de proteção do edificado existente a salvaguardar;
- fronteiras/limites de áreas de proteção patrimonial não coincidentes entre os diversos documentos em uso;
- falta de um plano de gestão do património edificado e da sua implementação que tenha um foco prevalente na conservação e reabilitação do existente em detrimento da demolição, construção nova, fachadismo e mimetização;
- práticas questionáveis de reabilitação e planeamento, com potencial dano ao nível da manutenção da autenticidade, elevado nível de irreversibilidade, verificando-se muitas vezes uma substituição excessiva dos elementos originais e aplicação de técnicas de restauração inadequadas;
- falta de formação técnica dos agentes da construção o que permite o recurso a métodos inadequados e destrutivos;
- inexistência de um manual técnico e cursos de formação que permitam a qualificação dos agentes da construção;
- problema da construção em altura em áreas confinantes aos lugares a proteger, com forte impacto visual, afetando a integridade visual deste;
- procura de resultados/retorno demasiado rápidos do trabalho de reabilitação, o que potencia a ocorrência de intervenções sem suficientes estudos e análises, fator que ameaça a qualidade do produto final e a autenticidade do edifício.

Este conjunto de situações tem como impacto intervenções demasiado intrusivas, irreversíveis e que favorecem a reconstrução, muitas vezes utilizando materiais e técnicas inadequados. Este facto também é observável nos monumentos [9]. Em relação ao património vernacular, destaca-se um particular interesse por parte da UNESCO, nos edifícios tradicionais de madeira do período Otomano e que foram em tempos a imagem de Istambul [9]. Estes revelam-se um património altamente vulnerável pelo facto de serem alvo de demolições sem critério devido à pressão urbanística emergente. Em 1997, aquando a primeira missão da UNESCO a Zeyrek, pertencente ao município de Fatih, esta comitiva constatou que a regulamentação vigente na altura e a pobreza eram os principais fatores potenciadores da degradação destes edifícios. Várias outras zonas como Süleymaniye e Cankurtaran ou Sultanahmet possuem igualmente áreas de património vernacular em risco. Sendo atualmente em muitos locais realizada uma reconstrução com betão armado e materiais de folheado de madeira, uma prática em expansão. Por este motivo a Comissão da UNESCO apontou algumas medidas para a proteção e reabilitação adequada e atempada deste património vernacular, restituindo-o às populações com a manutenção da sua função habitacional. Estas preconizavam as seguintes linhas de orientação [9]:

- avaliação objetiva do estado de conservação do edificado, complementada por base documental, inspeção *in situ* e definição de recomendações de intervenção de técnicos competentes para o efeito;
- criação de uma zona tampão em redor do lugar a proteger que garanta a necessária proteção da integridade visual do património edificado;

- criação de planos urbanísticos para a reabilitação urbana com uma única visão de gestão da reabilitação e conservação para toda a área a proteger e suas fronteiras;
- criação de um plano de gestão turística;
- criação de um plano de tráfego que incorpore medidas claras de redução do impacto nas áreas protegidas;
- medidas de promoção da sensibilização do público, da sua educação e enriquecimento cultural que crie as condições para uma maior eficácia e sustentabilidade das intervenções de reabilitação e da compreensão das razões subjacentes à proteção do património;
- medidas para prevenir e contrariar as demolições do património vernacular de madeira;
- planos de reabilitação que tenham como foco a reparação das casas existentes, mencionando regras claras para a construção nos vazios existentes, de forma a não existirem mimetismos mas obedecendo a regras de enquadramento;
- identificação dos edifícios em risco para atuação de emergência atempada, realização de trabalhos de consolidação, nomeadamente estrutural e planificação dos processos de reabilitação;
- promoção da reparação *in situ*, retendo o máximo da fábrica original;
- necessidade de apoio económico para os proprietários privados para a reabilitação das suas casas;
- melhoria da formação técnica dos agentes de construção com especificidade na reabilitação do edificado tradicional.

Trata-se de um conjunto de medidas que procura ainda valorizar as movimentações da sociedade civil, através de organizações regionais que têm procurado sensibilizar a população e os agentes para a defesa deste património e têm implementado no terreno ações de reabilitação em edifícios. No entanto, uma visão macro em termos de reabilitação urbana seria necessária para a eficácia de ações isoladas.

Outra experiência a refletir é a que decorre no Japão e que foi apresentada a investigadores internacionais asiáticos e australianos durante o programa *JENESYS – East Asia Future Leaders Programme 2010*, sobre o tema *Community Design* [4] com o suporte de The Japan Foundation. O programa implementado em diversas localidades como Kyoto, Takayama, Gokayama entre outras, baseia-se nos principais princípios [10]:

- reconhecimento de que é importante para a cultura de um povo a valorização do seu passado num conjunto que abrange o legado tangível (património edificado incluindo o vernacular e espaços) e o legado intangível (memórias, práticas culturais, etc);
- as medidas de preservação da cultura e a reabilitação e manutenção do parque edificado antigo trarão resultados importantes a longo prazo;
- promoção da imagem dos antigos bairros como áreas atrativas com abordagens sustentáveis;
- compreender o efeito da pressão do crescimento populacional e da diminuição de espaço disponível e especulação imobiliária por implicar na proteção dos lugares históricos;
- necessidade de manutenção das funções originais dos edifícios para manter elevados níveis de autenticidade;
- beneficiar as comunidades através da valorização do seu património e com medidas económicas de apoio;
- consultar as comunidades sobre os processos a implementar de reabilitação urbana, promovendo o trabalho colaborativo com estas e encorajando o trabalho voluntário para a implementação de estratégias, sendo ainda uma estratégia de sensibilização, informação e de educação das comunidades. Sendo em muitos casos os processos executados pelas comunidades, seguindo as orientações do quadro estratégico definido e em supervisão.

As localidades escolhidas funcionam com ligações que para além de serem rodoviárias são também rotas de transmissão cultural e tecnológica, têm como característica manterem um parque edificado antigo com um elevado nível de autenticidade, manterem práticas de vivência antigas, manterem práticas de manutenção e reparação do edificado segundo as técnicas antigas e estarem abertas ao turismo e à divulgação das suas práticas em alguns períodos.

Os principais problemas para a manutenção deste modelo residem no envelhecimento da população residente nesses lugares, necessidade de atração de novos residentes, dificuldade por isso na garantia de passagem de práticas ancestrais de manutenção e reparação do edificado, compatibilização entre o crescimento dos lugares e as intervenções a realizar com a necessidade de preservação da autenticidade, alterações no estilo de vida, pressão do turismo e necessidade do controlo dos seus efeitos negativos.

A base de suporte para a preservação das casas tradicionais, as Kyo-Machiya [10], radica na interação entre cidadãos locais voluntários, universidades, fundações e criação de uma rede de especialistas (arquitetos e demais intervenientes na área da construção tradicional) para que a reparação e manutenção das casas se faça respeitando os seus valores de autenticidade. No caso de Kyoto existe um plano específico que enquadra esta ação – *Kyoto Rehabilitation Plan* [10].

A ligação entre comunidades ainda permite que em algumas exista um sistema de ajuda mútua entre vizinhos, como o relativo à manutenção dos telhados (thatched roofs). Os eventos culturais tradicionais são em algumas comunidades o elo que fortalece o sentido e orgulho de serem uma comunidade com características próprias [10]. Daí que em anos recentes o modelo de comunidade esteja igualmente em discussão no campo do planeamento urbano. Neste caso, a existência de distritos tradicionais tornou-se particularmente interessante e importante pela justaposição enriquecedora que pode gerar com o estilo de vida contemporâneo num ambiente construído tradicional.

Segundo Le T. do Hue Monuments Conservation Center do Vietname [10], participante no programa de troca de experiências entre especialistas, existem ainda atividades que complementam o trabalho de reabilitação, que ela apresenta como proposta:

- avaliação do significado cultural com base num levantamento exigente dos seus dados históricos, da análise das suas evidências, de um detalhado inventário, para decisão dos aspetos que contribuem para o seu carácter histórico.
- identificação dos elementos cuja perda irão comprometer ou diminuir o valor patrimonial e histórico do lugar;
- preparação de instruções sobre a importância cultural para a região alargada de cada um dos seus componentes e do seu sentido no contexto alargado.

Assim, o desenvolvimento de estratégias de reabilitação e a sua implementação é vista como passando por [10]:

- Recolha de informação – registo da condição dos elementos que contribuem para o carácter do lugar, avaliação de recursos, do quadro legislativo vigente e uso corrente do solo;
- formulação de estratégias consistentes que claramente definam o que fazer aos edifícios e a outros elementos a manter e reabilitar;
- delinear uma estratégia de gestão e estrutura de planeamento para alcançar os objetivos de conservação/reabilitação e manutenção que inclua:
  - delimitação da área de proteção;
  - controlo de demolição de edifícios históricos ou a preservar;
  - planeamento e desenvolvimento de instrumentos de controlo sobre a área de proteção;
  - orientações para a reabilitação e definição de diretrizes para a reutilização de materiais originais e métodos de manutenção dos edifícios;

- propostas de intervenção no espaço urbano e para a manutenção da paisagem;
- definição de fontes de financiamento e programas de incentivo;
- sensibilização e melhoria das capacidades construtivas através de formação, dentro da comunidade para o desenvolvimento dos processos de reabilitação/reparação necessários no edificado;
- linhas de orientação para os edifícios de uso misto para garantia da sua compatibilização e adequação de atividades ao carácter do lugar, com controlo da pressão comercial;
- definição de linhas orientadoras que identifiquem oportunidades de desenvolvimento, incluindo o turismo cultural, para o desenvolvimento económico local, mas que mantenham o carácter do local.

Para a concretização do processo de reabilitação urbana é ainda apontado como estratégia [10]:

- conservar e reabilitar recintos e edifícios individuais;
- promover novas propostas de desenvolvimento que reforcem um único sentido do lugar;
- salvaguardar e desenvolver atividades económicas tradicionais;
- revisão e reformulação de quadros legislativos para fornecer uma base jurídica para o planeamento da reabilitação.

Este processo desenvolvido em Kyoto apresenta-se como uma visão bastante alargada e integradora do processo de reabilitação que envolve um conjunto considerável de investigação e procedimentos ao nível da gestão de todo o processo, que garanta igualmente o conceito de funcionamento em rede entre as diversas localidades para potenciar o investimento, o controlo do turismo e a garantia da perenidade das ações de defesa do património cultural. Entendendo ainda que a manutenção de práticas antigas relativas à manutenção do edificado e atividades tradicionais são um elemento fundamental para a sustentabilidade do processo de reabilitação. A inclusão do fator “modelo social” ou projeto de modelo social é outro aspeto a destacar nesta visão macro da reabilitação e da sua implementação.

A observação das diferentes realidades dos diferentes países traz consideráveis motivos de reflexão para as nossas práticas de reabilitação, conceção e gestão de todo o processo. No entanto, verifica-se que nos casos considerados de sucesso, o fator Valor e Autenticidade estão na base da intervenção no edificado, bem como a garantia de ações de manutenção desse edificado, apostando-se na prevenção do dano.

#### 4. AÇÕES PRÓ-ATIVAS, SUSTENTABILIDADE E MANUTENÇÃO DE VALOR

De entre as questões levantadas no capítulo anterior pode-se destacar que as ações de reabilitação urbana e do edifício isolado tornam-se mais eficazes e duradouras se os usufrutuários compreenderem e desejarem a intervenção. Assim, apresentam-se dois níveis de aproximação que afastando-se do âmbito meramente técnico são muito relevantes para o processo, ou sejam:

- a manutenção ou melhoria da condição de pertença ao lugar e o reconhecimento dos seus aspetos identitários;
- a compreensão dos limites subjacentes à manutenção da autenticidade do edifício e o que implica no conceito atual de habitar.

Estas duas simples circunstâncias deveriam condicionar a intervenção técnica, no entanto a sua aplicação apresenta algumas dificuldades que apenas um trabalho programado de longo prazo consegue ultrapassar. O problema reside sobretudo no enorme afastamento da realidade do presente com a do passado, o processo como esta última pode ser integrada de forma não artificial na nova realidade e que função lhe deve ser

conferida. No caso de Guimarães o motor foi o espaço urbano e a recolha de informação sobre os processos construtivos antigos que posteriormente serviu de base de apoio à intervenção técnica, à identificação dos fatores de identidade do edificado, as regras de utilização desta informação e interação com a população. No Japão, a valorização das raízes de um povo numa sociedade altamente tecnológica permite um apoio direto para a preservação das atividades e modos de vida antigos que algumas populações mantêm e assim manter um elo com o passado.

Em Inglaterra a interação com a população processa-se em etapa inicial de análise do lugar para intervenção, recolha de dados e comunicação da informação recolhida e validada, para manutenção do interesse da população no processo. Este nível de participação permite não apenas uma educação de valores de cidadania, como de promoção da história do lugar e compreensão da razão da obrigatoriedade de sujeição dos modos de vida às características a manter do edificado antigo. Consideram igualmente que existe disseminada a mera presunção de que o que é velho é mau e o novo é que é bom, mas efetivamente consideram que são os edifícios antigos os que já comprovaram a sua longevidade enquanto soluções construtivas, revelando a sua capacidade sustentável e de resistência à mudança dos tempos. Igualmente consideram que muitas das intervenções de reabilitação, do século XX, nestes edifícios foram erróneas, com problemas de compatibilidade de materiais e soluções construtivas, nomeadamente ao nível das argamassas utilizadas e tipo de pinturas, o que introduziu novas patologias nos edifícios antigos acelerando a sua deterioração. A substituição durante esse período das janelas e portas originais retiraram o caráter aos edifícios e às ruas ou lugares, comprometendo definitivamente o valor desse Património.

Outro aspeto importante e já ensaiado noutras cidades (Guimarães) é o apoio técnico à população que procura informações que apoiem a reabilitação. Este aspeto torna-se muito importante quando se pretende preservar a imagem da cidade e minimizar erros na reabilitação que oneram as intervenções e colocam em causa leituras de conjunto. Um dos problemas que tem a salvaguarda do edificado civil, pelo seu valor não ser o do edifício monumental, mas a sua relevância advir da sua inserção no espaço urbano e do papel que desempenha no conjunto do restante edificado. Por este motivo, alguns especialistas defendem uma preservação alargada, a do lugar no seu conjunto e não apenas a unidade do quarteirão ou do edifício. Contrariando assim, o que atualmente e infelizmente ainda se encontra em voga, de manter as fachadas principais demolindo o restante edifício, com a dificuldade de enquadrar a fachada antiga, tomando esta o papel de véu da nova construção. Questiona-se a utilidade deste tipo de ações na preservação do edificado antigo, quando toda a volumetria é alterada e a fachada descontextualizada. A “universalização de modelos culturais” [5] está igualmente subjacente a este tipo de critério de intervenção. São necessárias assim, “ações de salvaguarda integrada do património existente e de criação qualificada de novo património” [5], respeitando a otimização e a dinamização do espaço intervencionado, com a participação ativa de cidadania das suas populações.

A referência à necessidade de melhorar as condições de pertença ao lugar tem como objetivo melhorar o conhecimento das populações residentes sobre uma determinada área da cidade, que é muitas vezes mencionada como área histórica. No entanto, considera-se área histórica, não a que tem monumentos, mas toda a que pode contar a história da evolução da ocupação humana de um lugar. Sendo que lugar pode ser um conjunto de quarteirões, uma praça, uma área da cidade, uma aldeia, etc. A importância dada a esta ação primária de conservação ou reabilitação urbana tem ainda como objetivo a preparação das populações residentes para uma participação cívica ao nível dos processos que se pretendem implementar, à sua compreensão dos mesmos e conseqüentemente ao respeito e orgulho pela sua realização. Uma participação que pela sua natureza é de cidadania e política, no entanto com uma base de diálogo com técnicos e sob orientação de entidades com muita experiência nas metodologias a seguir para que esta seja profícua.

O processo de Reabilitação surge como um dos últimos patamares a considerar na defesa/proteção do Património edificado. Devendo a maior ênfase ser dada às ações de prevenção e à manutenção dos edifícios.

## 5. CASO DE ESTUDO – A CIDADE DE ÍLHAVO, PORTUGAL

Os processos de reabilitação urbana em várias cidades portuguesas são confrontados com problemas do passado e do presente relativo à falta de uma visão macro, à falta de regras claras que garantam que a



identidade do lugar prevalece após as intervenções, à falta de estudos de investigação coordenados, à quebra de leitura da evolução urbana e da sua história e cultura, à aplicação inadequada de técnicas e materiais no património vernacular. Este afastamento em relação a linhas orientadoras internacionais na prática da reabilitação, não é como foi visto restrito apenas a cidades portuguesas. No entanto, as estratégias que são aplicadas em algumas para num trabalho continuado e de vários anos se ultrapassar os problemas é algo a observar, analisar e avaliar. A aplicação de estratégias com algum nível de semelhança forçosamente terá de ser inserido no enquadramento social e cultural da região, tendo presente que mesmo em situações adversas de falta de participação cívica, as medidas de comunicação com a comunidade residente devem ser implementadas devendo-se criar estratégias para o efeito.

Procurou-se assim, identificar quais os aspetos que podem estar em debate, através da análise de um caso de uma cidade média Portuguesa, onde eventualmente se podem encontrar dificuldades na aplicação das diretivas nos processos de reabilitação com manutenção do valor do edificado.

A cidade escolhida para caso de estudo é a cidade de Ílhavo, pertencente ao distrito de Aveiro, no centro de Portugal (Figura 6). A cidade caracteriza-se por possuir um centro histórico que não é perfeitamente reconhecível pelo facto da cidade ter crescido ao longo de alguns eixos/ruas, onde os espaços de praças e largos se apresentam sobretudo marginais a estes. Para a definição deste centro histórico foi proposto pela Câmara Municipal de Ílhavo um perímetro definido por um conjunto de ruas mais antigas a que denominou “Casco velho” (Figura 7).

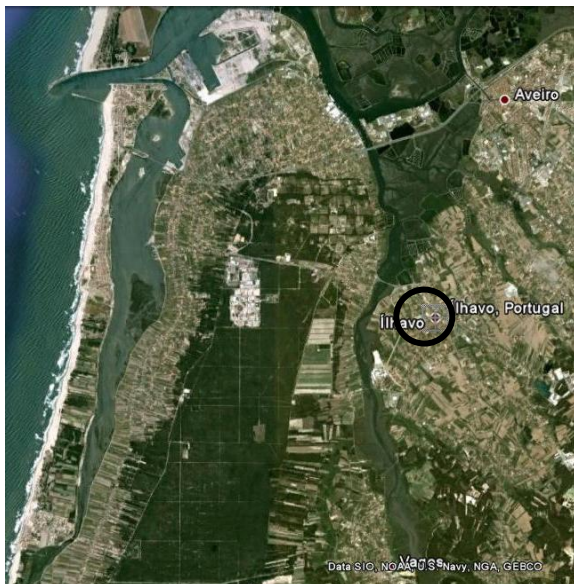


Figura 6 – Vista aérea de Ílhavo (Imagem Google Earth)

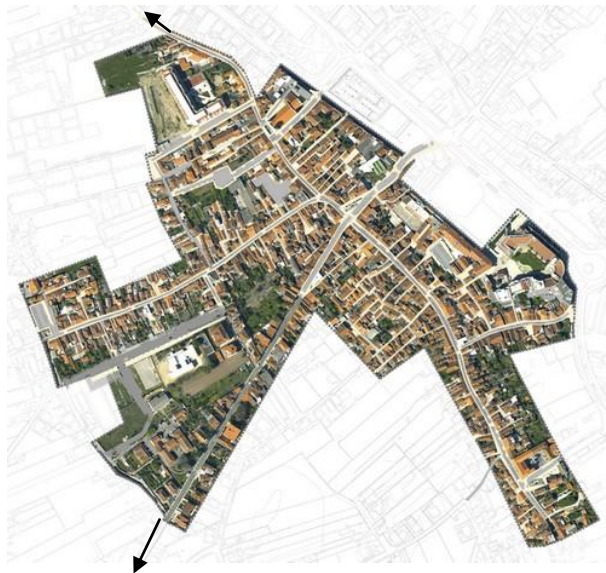


Figura 7 – Vista aérea “Casco velho” (C. Municipal de Ílhavo)

Enquanto base histórica e social, a cidade piscatória encontra-se adjacente a uma lagoa costeira, denominada Ria de Aveiro, com uma fixação de população anterior às raízes da nacionalidade portuguesa, sendo elevada a Vila e sede de concelho em 13/10/1296. A sua elevação a cidade data de 1990, período este relativamente recente, apoiado no seu desenvolvimento socioeconómico e urbano. A abertura da barra (canal entre a Lagoa costeira e o mar) em 1808 permitiu o desenvolvimento crescente das ligações comerciais por via marítima, favorecendo a implantação de indústrias e de alguma construção naval. Os principais meios de produção de Ílhavo estavam ligados à pesca longínqua do bacalhau, às atividades ligadas à Ria de Aveiro, à construção naval e dado tratar-se de uma zona rica em argilas - à produção de variados produtos cerâmicos para a construção e ainda de decoração, como os de porcelana da Fábrica da Vista Alegre. Serão estes os elementos identitários desta região, a sua base cultural a salvaguardar.

A sua forte ligação ao mar e à pesca longínqua do bacalhau é o traço do passado mais forte e encontra-se ainda patente em elementos decorativos nas construções antigas e no tipo de cores escolhidas para as

fachadas. O seu edificado antigo é sobretudo de construção de adobe, existindo ainda um conjunto de tipologias construtivas de madeira, na praia da Costa Nova, que se tornaram emblemáticas. O edificado de adobe estava enquadrado nas atividades tradicionais da região, agrícolas e piscatórias, favorecido ainda pelas características do solo e a existência de madeira de pinho para as estruturas de piso e de cobertura. No entanto, o decréscimo da sua construção, dependente de condições sazonais, dá-se em meados dos anos 50 do século XX (Figura 8), com o desenvolvimento da indústria do cimento e dos tijolos cerâmicos e a aplicação mais generalizada do betão armado [11]. Em processo semelhante a outras cidades Portuguesas com outros sistemas construtivos tradicionais.

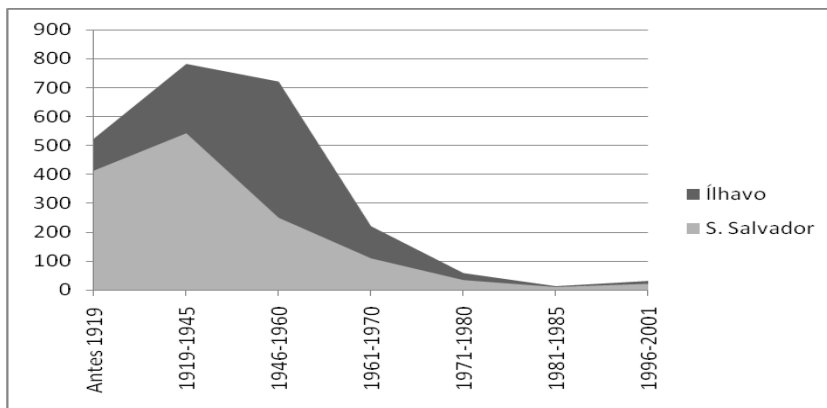


Figura 8 - Gráfico do Nº de edifícios construídos em adobe (créditos A. Tavares)

A procura de referências, nomeadamente de edifícios de autor, que possam servir de motivo/interesse para a preservação de edifícios, isoladamente ou em conjunto e que sirvam de elementos de referência na leitura do espaço urbano, da compreensão da sua evolução de quais os agentes intervenientes e como evoluíram os sistemas construtivos levou a uma recolha de dados dos quais se apresentam os mais significativos para este estudo.

Na fase final da aplicação do sistema construtivo tradicional de adobe pelos dados recolhidos verifica-se que o edificado de adobe dos anos 40 e 50 do século XX tinha como autores sobretudo engenheiros civis e agentes técnicos de engenharia civil, sendo os de autoria de arquitetos apenas residual (Figura 9) [11]. Procedeu-se igualmente ao levantamento de dados para o estabelecimento de comparações entre a tipologia de intervenção e o técnico responsável pela mesma (Figura 10), referenciando o centro e uma das zonas da periferia. Procura-se desta forma verificar em que âmbito atua cada uma das classes profissionais. O período de tempo para este estudo sectorial inicia-se em 1940, devido aos registos desenhados e escritos de licenciamentos dar-se nesta altura.

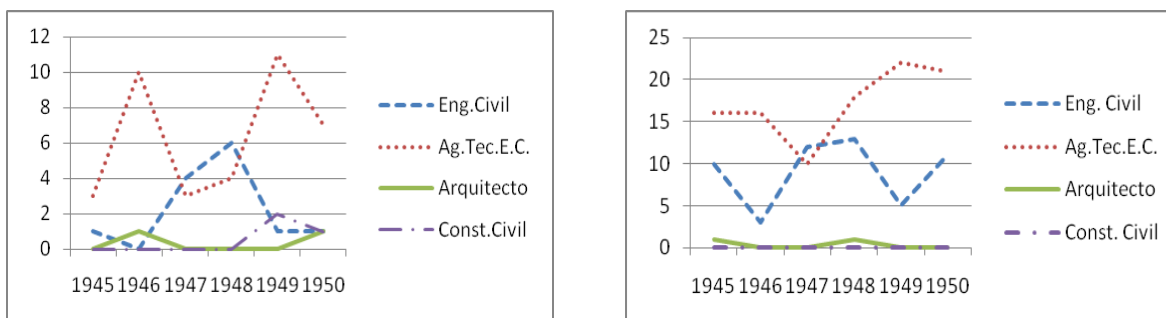


Figura 9 – Dados de autoria do centro da cidade de Ílhavo e de localidade dos arredores (Gafanha da Nazaré)

Os processos associados a habitação que são o edificado mais significativo tiveram como técnicos envolvidos o sobretudo engenheiros e agentes técnicos de engenharia civil.

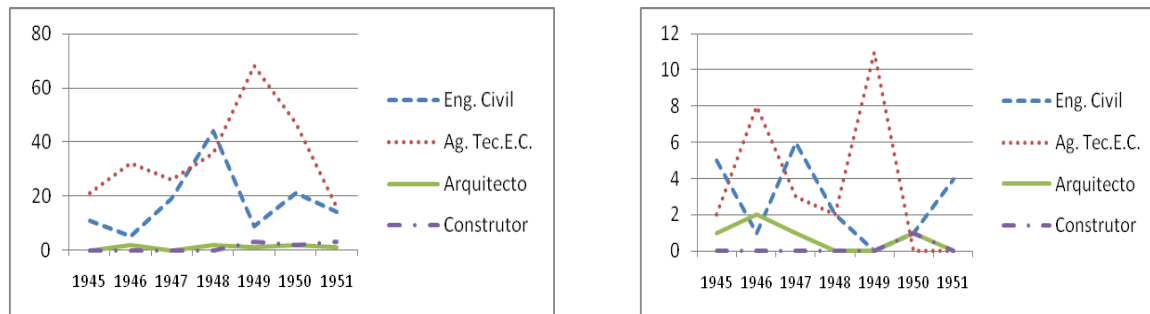


Figura 10 – Processos de licenciamento de habitação e de oficinas e armazéns (créditos A. Tavares)

A observação dos gráficos das Figuras 9 e 10 permitem ainda concluir que [11]:

- os processos de habitação têm como autoria predominante os engenheiros civis e os agentes técnicos de engenharia, existindo uma flutuação praticamente oposta entre estes. Verifica-se uma quebra acentuada em 1951, já verificada no gráfico de número de licenciamentos de obras;
- os processos de alteração ao edificado antigo são com maior frequência de agentes técnicos, provavelmente associada a pequenas alterações, embora os engenheiros tenham alguma influência neste âmbito;
- os processos de ampliações são novamente dominados por estes dois tipos de técnicos projetistas, embora a influência dos engenheiros civis tenha vindo a decrescer até 1950, enquanto os agentes técnicos dominam nessa data;
- relativamente aos processos de oficinas e armazéns onde se prevê a primeira adoção do betão armado, embora o número de processos seja bastante reduzido, refletem a tendência entre a divisão destas duas classes profissionais, com a verificação de intervenções pontuais de arquitetos;
- mais uma vez se constata a reduzida intervenção de arquitetos, pelo que se depreende uma maior dificuldade na implantação do Movimento Moderno em Ílhavo, com uma entrada mais tardia.

Assim, conclui-se que até 1951 a intervenção do edificado antigo, bem como a construção nova não era de autor, entenda-se de arquiteto, não se encontrando por esta linha grandes motivos para a defesa desse edificado. Neste sentido, é necessário ver outros motivos de interesse que o sustentem, bem como olhar para um período mais antigo, que se encontra alguma padronização do edificado, muitas vezes tendo relação com outras tipologias construtivas. Para tal foi feito, um levantamento dos sistemas construtivos vigentes à época, uma verificação das alterações que já se encontravam no sistema construtivo tradicional e quem ainda o propõe (Figura 11).

Soluções / Técnico	Arquitecto	Engenheiro civil	Agente Técnico E.C.	Construtor civil
Solução A – tradicional de adobe		●	●	●
Solução B – adobe e cintas de betão	●	●	●	●
Solução C – adobe e lajes de betão	●	●	●	●
Solução D – híbrida de adobe		●	●	
Solução E – tijolo e madeira	●	●	●	●
Solução F – tijolo e lajes de tijolo	●	●	●	
Solução G – tijolo e laje de betão	●	●	●	
Solução H – tijolo ( parede dupla)	●	●	●	
Solução I – porticado de betão armado	●	●	●	

Figura 11 - Quadro comparativo de aplicação de sistemas construtivos por formação de técnicos (créditos A.Tavares)

As alterações ao sistema tradicional baseiam-se sobretudo na colocação de elementos em betão armado, vulgarmente referido nas memórias descritivas como “cimento armado” e ainda na substituição do adobe por tijolo. A identificação de nove soluções (Figura 11) retrata assim, o período de transição do sistema construtivo de adobe, com a aplicação simultânea de diferentes sistemas construtivos, relacionando-o com os técnicos que os propunham. Verifica-se que a então Vila de Ílhavo refletia o afastamento dos grandes centros (Porto e Lisboa) e ainda a dificuldade no acesso aos serviços de arquitetos que eram normalmente contratados por empresas ou privados com maior capacidade financeira. Um dos dados interessantes é que o centro de Ílhavo tem um conjunto de edifícios que permitem conhecer o processo evolutivo do sistema construtivo (Figura 12), tal como também é possível estabelecer a relação entre esta evolução e a evolução das correntes de arquitetura [12], no entanto, pelo já exposto, a sua leitura exigiria um suporte informativo complementar. Sendo que na construção mais antiga é igualmente perceptível os processos de ampliação ou alteração devido às técnicas usadas neste período sobretudo a partir dos anos 40 do século XX. Considera-se assim, que um dos motivos que pertencendo à história e cultura da cidade de Ílhavo e que pode servir de elo de ligação entre o edificado e a leitura do espaço urbano é este – a evolução do sistema construtivo de adobe. Os edifícios centenários de adobe (a maior parte habitações) e os teatros serão sem dúvida os principais elementos a salvaguardar neste conjunto do edificado antigo.



Figura 12 - Edifícios de adobe de Ílhavo (créditos A. Tavares)

Neste sentido, ainda é perceptível esta tradição de construção de adobe no centro da cidade “o casco antigo”, de vários séculos (os edifícios identificados mais antigos de adobe datam do séc. XVIII), várias tipologias e funções

(habitação, teatros, etc). Contudo, esta manutenção do edificado antigo apresenta um desenvolvimento por ruas e não por quarteirões, para além de intervenções com excessiva cércea nas proximidades, produzir um impacto negativo à definição de centro antigo. O desenvolvimento por ruas terá a vantagem de continuidade de leitura através de um percurso, mas é igualmente vulnerável a alteração em unidades isoladas. Ficando apenas à regulamentação municipal o papel de proteger e manter níveis de autenticidade desse núcleo.

Ílhavo tem um processo de reabilitação urbana em curso que está a ser implementado com a definição de um perímetro (“casco velho”) considerado para o alvo de intervenção no espaço público, nomeadamente através da revisão e alargamento das diferentes infraestruturas, mas também novas pavimentações nas ruas, incluindo as pedonais.

A dificuldade na implementação de uma proteção e reabilitação do edificado antigo em cidades com este tipo de características, tem na base alguns aspetos a referenciar e que necessitarão de medidas pró-ativas:

- controlo da pressão imobiliária;
- demolição de vários exemplares de construção antiga, alguns deles com valor no conjunto do edificado;
- depreciação da construção antiga de adobe, entendida como não durável (apesar das evidências mostrarem o contrário). Este facto é com frequência confundido devido aos efeitos da incompatibilidade de materiais e técnicas atuais que têm sido utilizadas nas reparações das construções de adobe e aos efeitos da falta de manutenção necessária aos edifícios;
- o edificado é sobretudo vernacular, sem autor definido na maior parte dos casos, facto que dificulta o reconhecimento do valor deste, enquanto peça individual, obrigando a uma leitura de conjunto que legislativamente não está defendida;
- não existe informação suficiente que enquadre a construção antiga na história da cidade e que através dessa a população seja educada e sensibilizada para a necessidade da sua proteção, num enquadramento pelo menos regional;
- falta de formação técnica para os processos de reabilitação da construção de adobe, quebra na prática das técnicas antigas de construção e na produção dos seus materiais;
- promoção de alterações no interior do edificado com aceitação da introdução do betão armado e remoção considerável de elementos de madeira da estrutura – alteração do funcionamento estrutural do edifício. No entanto, a intervenção no espaço urbano, por si só não assegura as medidas necessárias de reabilitação e manutenção dos edifícios que permitam garantir a manutenção da identidade dos locais e assim, a qualidade de vida urbana, o seu valor turístico e cultural inerente.

Um dos fatores a ter em conta na definição de medidas claras de intervenção urbana está associado ao reordenamento cadastral que deve ser evitado, conjugado com as limitações impostas a ampliações volumétricas/cércea, garantindo assim a continuidade com o existente e integrando em detrimento da substituição. A sobreposição do conjunto sobre o elemento individual, favorecendo a leitura do lugar e da sua essência. Esta tentativa de coerência na intervenção, preferencialmente com a mobilização dos proprietários.

Contudo, para a definição da política a seguir para uma determinada zona (lugar) é estabelecida uma primeira abordagem de recolha de dados eventualmente com a participação da população.

O que pressupõe que quando se equaciona o projeto de reabilitação de um edifício, essa informação esteja disponível e enquadrada. Já que do ponto de vista técnico, a maior perda de valor cultural se processa numa fase muito inicial de projeto, ao nível de filosofia deste e no tipo de intervenção incidente sobre o sistema construtivo com potenciais perdas de valor patrimonial e cultural, pela desadequação ou completa substituição.

De considerar ainda que o edifício isolado nunca poderá ter o seu processo desgarrado do conjunto e como tal, para além de questões regulamentares da construção em geral, devem existir orientações específicas que abordem a investigação do valor cultural desse elemento e que tipologia de intervenção será aceitável implementar.

O ambiente histórico caracterizado assim pela leitura da evolução dos lugares é um recurso a potenciar, que aproveitado na direção certa pode estimular o investimento e uma crescente qualidade de desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida, a sua atratividade turística, a sua capacidade de inovação e competitividade pelo objetivo de afirmação cultural através do seu património e costumes ancestrais.

## 6. CONCLUSÕES

Os documentos internacionais da UNESCO, do ICOMOS, entre outras organizações ligadas à proteção e preservação do património edificado, possuem orientações importantes que conjugam a necessidade de intervenção de reabilitação/conservação do edificado ou do espaço urbano com a manutenção do valor cultural deste. Para tal são necessários estudos que comprovem quais os aspetos identitários do objeto de intervenção e quais os elementos que irão interferir na manutenção da sua autenticidade. O que pressupõe um trabalho multidisciplinar e amplo, prévio à definição de estratégias de intervenção e muito antes do projeto em si. Será esta a primeira fase a cumprir. Alguns países como Inglaterra e o Japão enquadram já as comunidades residentes nesta fase de trabalho, ou através do apoio na recolha de dados ou através da manutenção das suas práticas tradicionais de vida. Com um programa e linhas orientadoras claras. Em Guimarães a proximidade com a comunidade também conjugou a sensibilização da mesma para a necessidade de proteção do edificado antigo e uma recolha de técnicas de construção antigas para análise da continuidade de aplicação para a reabilitação. No entanto, em Kyoto no Japão a reabilitação enquadra um conceito diferente o de “modelo de comunidade” que o programa pretende apoiar e enquadrar, o que ultrapassa o nível de compromisso e de tolerância perante o edificado antigo e abrange como fazendo parte do processo de reabilitação urbana os legados tangíveis e intangíveis. Uma sociedade tecnológica que promove também a manutenção do seu legado histórico enquanto modelo vivo. O que pressupõe um conjunto alargado de apoios e de investigação. No entanto, noutros países, como Myanmar, Turquia e em várias regiões de Portugal e outros países lusófonos, as intervenções no património vernacular podem-se revestir de um elevado nível de intrusividade e irreversibilidade. Não apenas pelo uso de técnicas como o betão armado, mas pela ainda prevalente necessidade de promoção e sensibilização da participação dos cidadãos na proteção do edificado antigo e nos processos de reabilitação urbana. As técnicas construtivas como o adobe e a madeira, pelo menor reconhecimento em relação a outras técnicas tradicionais como com a pedra, encontram-se em progressivo desaparecimento, tendo a UNESCO desenvolvido alguns alertas, nomeadamente em relação às casas de madeira da Turquia e enquadrando muita da construção de terra nas listas de áreas de risco. A análise de um caso em que a arquitetura vernacular é de adobe ou madeira e a verificação de quais os fatores condicionadores da implementação de processos de reabilitação, permitiu verificar que algumas dificuldades não se restringirão apenas à falta de informação sobre as técnicas tradicionais de construção, da quebra de leitura da evolução urbana e da história do lugar por intervenções imobiliárias especulativas do passado e do presente e da necessidade de investigação de suporte. Existem outras condicionantes ao nível da sensibilização da população que é preciso desenvolver, em processo educativo e informativo, que as integre num nível mais elevado de entendimento da intervenção, que obviamente deve incluir todos os agentes intervenientes.

A prática que temos de usar apenas a lógica da defesa do elemento - edifício único/monumento - e sua área de salvaguarda de 50 metros está atualmente desadequada. Igualmente desadequado está o processo da ponderação da defesa de um edifício não classificado ser feita sobretudo em processo de licenciamento. Na realidade revela-se a forma mais rápida de perda do valor cultural dos lugares, pela falta de estratégia, pela forte introdução de vulnerabilidades na defesa de frentes urbanas que são emblemáticas das nossas cidades. Ter-se-á de mudar a escala do que se pretende defender em termos de património edificado. Um trabalho de envolvimento das populações que não é feito, para além de um problema cultural, temos um problema de participação cívica, que será igualmente necessário estabelecer. Temos em Portugal alguns poucos exemplos de processos de reabilitação urbana com qualidade e por isso sustentáveis, como o de Guimarães, mas falta uma orientação nacional, que leve mais longe estas experiências. A perda de oportunidades de investimento e de recursos existentes que são desperdiçados deveria por si só exigir um apoio à investigação e uma concretização mais assertiva. O “fachadismo” continua a apresentar-se como a revelação da inércia e da

incultura que existe nas atuações supostamente de reabilitação urbana ou edificada no nosso país. Nas práticas em curso no Reino Unido estão contempladas estratégias nacionais de conservação, é dado um grande enfoque ao trabalho de investigação multidisciplinar dirigido a ações de prevenção, com uma preparação organizada, tipificada e com objetivos concretos de realização. Para além disso, mais do que reabilitação, os processos de manutenção são valorizados e apoiados. A reabilitação dos lugares apresenta-se como um processo com diferentes fases que objetivamente procuram a base de conhecimento mais adequada através da investigação e de uma rede estabelecida de trabalho entre diferentes universidades. Os resultados da investigação favorecem decisões mais concertadas e sem desperdício de recursos, excesso de ação (sem retorno compatível) ou de perda de oportunidades. As ações são avaliadas e servem de suporte para decisões futuras dada a experiência registada e a investigação realizada de forma sistemática e continuada. A valorização do carácter dos edifícios e dos lugares é apontada como a garantia de um Património original que se deixa para gerações futuras, tem no presente valor social, cultural e económico e representa igualmente o respeito que se tem pela identidade do espaço habitado.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Agnew N. e Demas M. - Principles for the Conservation of Heritage Sites in China, The Getty Conservation Institute, Los Angeles, USA, 2004 [Consultado a 7 Setembro 2012]. Disponível em [www.getty.edu/conservation](http://www.getty.edu/conservation).
- [2] ICOMOS - *Glossário de Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitetónico*, ICOMOS, Comité Científico Internacional para análise e restauro de estruturas do património arquitetónico.
- [3] Cury I. – *Cartas Patrimoniais*. 2ª edição revista e aumentada. Edições do Património, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Brasil, ISBN 85-7334-015-0, 2000.
- [4] GTL – *Gabinete Técnico Local*, [Consultado a 7 Setembro 2012]. Disponível em [http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_Paginald=3160](http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=3160).
- [5] Aguiar, J. – *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*. [Consultado a 7 Setembro 2012]. Disponível em <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470419.pdf>
- [6] Drury P. e McPherson A. – *Conservation Principles, Policies and Guidance for the sustainable management of the historic environment*, Ed. English Heritage, 51393 (HWC04/08)VIT I5000, London, UK, 2008.
- [7] Hudson B. – *Restoration and reconstruction of monuments at Bagan (Pagan), Myanmar (Burma), 1995-2008*, World Archaeology, Debates in World Archaeology, Ed. Taylor & Francis ISSN 0043-8243 print/1470-1375 online, Vol. 40 (4)553-571, DOI: 10.1080/00438240802453195, 2008.
- [8] Messeri, B. – *Myanmar: a comparison between past and present. What is happening in the field of architectural heritage conservation: the techniques used, the principles of preservation applied and the relative plans for heritage management*. XXI International CIPA Symposium, Atenas, Grécia. 2006.
- [9] ICOMOS/UNESCO, *Relatório conjunto de missão de especialistas ICOMOS/UNESCO – Historic Areas of Istanbul World Heritage Site* (Turkey), World Heritage Patrimoine mondial, Vilnius, Lituânia, 2006.
- [10] JENESYS, East Asia Future Leaders Programme 2010, Community Design, Ed. The Japan Foundation, Tokyo, Japan. ISBN: 978-4-87540-132-2, 2011.
- [11] Ruano, A. (Tavares A.)- *O Sistema Construtivo Tradicional em Período de Transição de Linguagens de Arquitectura – o Movimento Moderno e o adobe*, tese no âmbito dos Estudos Avançados em Reabilitação do Património Edificado do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Porto, 1ª Edição 2008/2009, FEUP, Porto, 2009.
- [12] Tavares A., Costa A., Varum H. – *Adobe and Modernism in Ílhavo, Portugal*, International Journal of Architectural Heritage, Paper reference ID UARC-2011-0357.R1, Vol.6, Issue 5, 525-541, DOI:10.1080/15583058.2011.590267. USA, UK, Portugal, 2012.